



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Aprovado em única Discussão
Por: Unanimidade
Plenário: 03 / 11 / 2025

Ata da Vigésima Quarta Sessão Ordinária do Segundo Período da Primeira Sessão Legislativa da Vigésima Legislatura, realizada no dia vinte e um de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, no Plenário Benedito Magalhães da Câmara Municipal de Santarém. A hora regimental, vereador **GERLANDE CASTRO (PP)**, presidente em exercício do Poder Legislativo, deu boas-vindas a todos, e iniciou a sessão com o **GRANDE EXPEDIENTE. TEMPO DAS LIDERANÇAS**: O vereador **BIGA KALAHARE (PT)** mencionou a manifestação que ocorria em frente à Câmara, relacionada ao programa Minha Casa, Minha Vida, e informou ter conversado com os manifestantes, sugerindo a formação de uma comissão para dialogar com os vereadores em busca de encaminhamentos possíveis. Ressaltou que o caso está sob a responsabilidade do Ministério Público Federal, mas reforçou a importância de os vereadores se sensibilizarem com a pauta, especialmente por se tratar de um programa criado pelo Partido dos Trabalhadores, que trouxe grandes avanços sociais e retomou força com o retorno do presidente Lula. O vereador também agradeceu aos colegas pela aprovação do Projeto de Lei nº 386/2025, de sua autoria, que institui o Dia da Advocacia Pública no calendário oficial de eventos do município de Santarém. Na sequência, destacou a importância da Lei da Parada Segura para Mulheres, sancionada em 2020, mas ainda não implementada pelo Executivo. Informou que apresentou uma indicação solicitando sua efetivação, enfatizando que a medida é fundamental para garantir mais segurança às mulheres que utilizam o transporte público, especialmente em bairros afastados ou com pouca iluminação. O vereador Enfermeiro **MURILO TOLENTINO (PRD)** iniciou destacando a importância da participação popular na Câmara Municipal, especialmente dos cidadãos que compareceram para reivindicar seus direitos relacionados ao programa habitacional Minha Casa, Minha Vida. Explicou que a Câmara não possui todas as informações sobre o caso, esclarecendo que a suspensão dos contratos foi determinada por decisão judicial, em razão de um acordo anterior entre uma associação e o poder executivo da época, que teria definido parte dos beneficiários das moradias. Segundo ele, essa é a principal causa do embargo, e que há a informação que nos dias 24, 25 e 26 está previsto o lançamento do edital do bairro São Cristóvão, aberto a novas inscrições, o que considerou uma notícia positiva para os interessados. Na sequência, solicitou ao secretário de Urbanismo, **RONAN LIBERAL**, maior rigor na fiscalização de grandes lojas de construção que estariam utilizando as calçadas de forma irregular, prejudicando o direito de ir e vir da população. Ressaltou que o problema é antigo e que, caso as empresas não se adequem, defende a aplicação de sanções legais. Ao secretário de Infraestrutura, **SÉRGIO MELO**, solicitou atenção especial às ciclovias da cidade, muitas delas em condições precárias, com buracos que colocam em risco ciclistas e pedestres. Enfatizou que as ciclovias precisam de manutenção, não apenas por serem utilizadas para lazer e prática esportiva, mas também por muitas pessoas que dependem da bicicleta como meio de transporte diário. O vereador **MALAQUIAS MOTTIN (PL)** destacou que, em sua avaliação, o dia seria “histórico para o Brasil e para o mundo”, afirmando que o país se tornou destaque internacional em razão de acontecimentos recentes relacionados ao Supremo Tribunal Federal (STF) e à chamada Lei Magnitsky. O parlamentar criticou o que classificou como omissão da grande mídia nacional, citando emissoras como Globo e SBT, que, segundo ele, não estariam noticiando o fato com a devida relevância. Afirmou ainda que Eduardo Bolsonaro e Paulo Figueiredo estariam, em sua visão, representando o Brasil no mundo, e concluiu seu pronunciamento expressando satisfação com os desdobramentos do episódio, dizendo que acredita que “ainda vão ver o que tem por vir” em relação a esse tema. O vereador **ANDREO RASERA (PL)** iniciou expressando preocupação com a situação das famílias contempladas pelo programa Minha Casa, Minha Vida, que estiveram na Câmara em busca de esclarecimentos. Ele recordou que o programa teve início em 2009, passando por diversas gestões municipais e federais, com mudanças nos critérios e valores ao longo dos anos. Mencionou ainda o papel da Associação dos Moradores do Aeroporto Velho (AMBAV), que havia ocupado a área do antigo 8º Batalhão do SPU e colaborado na criação dos residenciais Moacára 1 e 2, totalmente estruturados. Relatou que, após a retomada do programa pelo governo federal, sob a gestão do presidente Lula e do ministro Jader Filho, a AMBAV ingressou na Justiça, alegando o descumprimento de um dispositivo



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

referente à quantidade de associados contemplados. Em consequência, por decisão judicial e a pedido do Ministério Público Federal, o programa foi suspenso no município. Lamentou a situação e afirmou que o município e sua Procuradoria deverão prestar esclarecimentos à Justiça Federal. Ressaltou, porém, que a Câmara Municipal não é parte do processo, embora reconheça o direito da população de buscar apoio e diálogo com o Poder Executivo. Defendeu que os beneficiários que já haviam sido aprovados no programa não sejam prejudicados pela ação judicial. Por fim, comprometeu-se a acompanhar o caso e atuar como representante do povo, naquilo que for possível. O vereador **ALAÉRCIO CARDOSO (PSD)** iniciou cumprimentando os presentes com destaque para as famílias que almejam ser contempladas pelo programa Minha Casa, Minha Vida em Santarém. Ele destacou que o programa, apesar de ser federal, depende de diretrizes e contrapartidas municipais, e defendeu a criação de normas locais para garantir maior transparência e eficiência na execução. Mencionou que apresentou uma indicação ao prefeito José Maria Tapajós e um projeto de lei com esse objetivo, reforçando a importância de o município ter regras próprias, como ocorre em diversas cidades do país. Lamentou o impasse jurídico envolvendo o Residencial Moaçara, ressaltando que a população é a parte mais prejudicada, tanto os contemplados quanto os que aguardam análise. Explicou que a paralisação decorre de uma ação movida por uma associação, que questiona o percentual de seus associados incluídos na lista de beneficiários. Ele, no entanto, manifestou confiança de que o município resolverá a situação em breve, permitindo a entrega das moradias. Também relatou que tem recebido diversas denúncias sobre possíveis irregularidades, inclusive envolvendo pessoas que não residem em Santarém e até um caso envolvendo mais de 200 apartamentos indevidamente, conforme apurações preliminares. Afirmou que só fará denúncias formais à Polícia Federal ou à Justiça mediante provas concretas, reforçando que não possui qualquer envolvimento com o processo de seleção dos beneficiários e jamais indicou ou favoreceu alguém. Defendeu que o programa seja totalmente auditável pela população, ressaltando a importância da transparência e da moralidade pública. Propôs que, mesmo a Câmara não sendo parte direta no processo judicial, a Procuradoria da Casa estude a possibilidade de ingressar no processo para representar o interesse da população. Por fim, reiterou sua confiança na integridade da gestão municipal, no trabalho do prefeito **JOSÉ MARIA TAPAJÓS** e de sua equipe, e reafirmou o compromisso da Câmara em apoiar o povo de Santarém, assegurando que o Legislativo não medirá esforços para garantir o direito das famílias à moradia digna. Em seguida, o vereador Gerlande Castro (PP) passou a direção dos trabalhos ao vereador Alaércio Cardoso (PSD) para que assim pudesse fazer uso da tribuna. O vereador **GERLANDE CASTRO (PP)** cumprimentou os presentes e se dirigiu, especialmente, às famílias envolvidas na questão do Residencial Moaçara, reafirmando que a Câmara Municipal está ao lado da população e que seu gabinete está à disposição para oferecer todo o apoio necessário. Defendeu a formação de uma comissão de vereadores para acompanhar de perto o caso, lembrando que o Legislativo municipal tem bom diálogo com a Justiça Federal, citando como exemplo a recepção positiva em situações anteriores, como a reunião da Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba do Lago Grande - Feagle na região do Lago Grande. Para ele, é fundamental que o Parlamento se envolva e não permita que o projeto Moaçara enfrente o mesmo destino do Residencial Buriti, que levou anos para ser concluído e entregue às famílias. Ressaltou que, embora o caso tenha caráter federal, os vereadores, como representantes diretos da população, não podem se omitir diante da situação. Ele sugeriu que a comissão seja composta por parlamentares com experiência na área, como os que integram a Comissão de Terras, o vereador **ERASMO MAIA** e o vereador **ANDREO RASERA**, por ser advogado. Enfatizou a urgência de uma atuação conjunta da Câmara e do Executivo, a fim de buscar uma solução rápida junto à Justiça Federal e garantir que as moradias sejam entregues às famílias que realmente precisam. Também chamou atenção para problemas estruturais na área do Moaçara, como processos de erosão e más condições de drenagem, mencionando que o Executivo planeja construir uma muralha de contenção para melhorar o local. Por fim, alertou para a importância de não permitir que o caso caia no esquecimento, reforçando seu apelo por união e ação imediata dos vereadores.



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

em defesa da população beneficiada. A vereadora **BÁRBARA MATOS (PP)** fez destaque a um tema central de seu mandato: a implantação da Casa da Mulher Brasileira em Santarém, um equipamento público voltado à proteção e ao atendimento integral de mulheres vítimas de violência. Relatou que desde o dia 9 de agosto vem tratando do assunto com a Secretaria de Estado de Políticas Públicas para as Mulheres, em Belém, buscando viabilizar a instalação do projeto no município. Informou que, na véspera da sessão, recebeu em Santarém a secretária estadual, com quem se reuniu ao lado do prefeito **JOSÉ MARIA TAPAJÓS**, que aderiu e apoiou a iniciativa. A parlamentar explicou ainda que já estão em busca de um terreno para a construção do espaço, com o apoio da secretária **CELSA BRITO** e da vereadora e procuradora da Câmara, **ALBA LEAL**. Segundo ela, a Casa da Mulher Brasileira é um modelo de referência nacional no combate à violência contra a mulher, e atualmente o Estado do Pará conta com apenas uma unidade, localizada em Ananindeua. Diante dos altos índices de violência registrados em Santarém, a vereadora ressaltou a urgência de trazer o equipamento para o município, de modo a fortalecer a rede de proteção já existente, composta pela Delegacia da Mulher (DEAM), Maria do Pará, PRO PAZ e o abrigo de mulheres. Afirmou que o objetivo é garantir segurança, autonomia e reinserção social às mulheres vítimas de violência, para que possam reconstruir suas vidas com dignidade e apoio institucional. Encerrou destacando que o combate à violência contra a mulher é uma luta contínua e diária, reafirmando que seu mandato permanece comprometido e à disposição dessa causa tão relevante. O vereador **ALEXANDRE MADURO (MDB)** cumprimentou os presentes, especialmente aos cidadãos que buscam garantir seus direitos no programa habitacional Minha Casa, Minha Vida. O parlamentar fez um resgate histórico do programa no município, explicando que em 2010 a Superintendência do Patrimônio da União (SPU) realizou a doação da área ao município de Santarém, destinada à construção do Residencial Moaçara. A doação previa, preferencialmente, a destinação das unidades a membros da Associação dos Moradores do Bairro do Aeroporto Velho (AMBAV), desde que aprovados pela Caixa Econômica Federal. Explicou que o decreto de 2009, que estabelecia os critérios de renda para o programa (de zero a três salários mínimos), foi revogado, sendo substituído pelo decreto de 2011, que fixou a renda máxima em R\$ 2.850,00. Com isso, dos associados encaminhados à Caixa, apenas cerca de 10%, correspondendo a 125 unidades, foram aprovados, já que muitos não se enquadram nos critérios exigidos, como não possuir outro imóvel e ter renda dentro do limite estabelecido. Destacou que o município de Santarém irá recorrer da decisão da Justiça Federal, que determinou o cumprimento, em 30 dias, da sentença favorável à associação do bairro. Ele reforçou que a prefeitura busca garantir que o programa beneficie, de fato, as pessoas que realmente necessitam, como mães solteiras, idosos, cadeirantes e portadores de doenças graves, conforme a classificação técnica feita nos cadastros enviados à Caixa. Reafirmou que o governo municipal defenderá os direitos dos contemplados e que a Câmara Municipal atuará com firmeza no combate a eventuais irregularidades, desde que comprovadas, podendo encaminhar as denúncias à Polícia Federal. Também parabenizou a imprensa local, citando o trabalho de Gláucia e a publicação do blog do JK, que destacou a postura do prefeito **JOSÉ MARIA TAPAJÓS**, afirmando não haver qualquer envolvimento do gestor com irregularidades. Encerrou informando que a Procuradoria Jurídica da Câmara se reunirá com os secretários Ângelo Tapajós (Governo) e Emir Aguiar (Habitação), a fim de auxiliar na defesa das famílias contempladas e garantir que seus direitos sejam preservados. Concluiu reafirmando o comprometimento da Câmara Municipal e do Executivo em acompanhar o caso e assegurar que o programa Minha Casa, Minha Vida atenda quem mais precisa. **TEMPO DAS BANCADAS:** A vereadora **ELITA BELTRÃO (REPUBLICANOS)** relatou ter recebido a informação sobre o caso de uma mulher internada no Hospital Municipal de Santarém, aguardando há 27 dias por uma vaga no Hospital Regional para realizar uma cirurgia de aneurisma. Segundo a vereadora, a paciente, mãe de duas crianças, estaria em primeiro lugar na fila de regulação, dada a gravidade do quadro clínico, mas ainda não havia sido chamada para o procedimento nem recebido previsão de transferência. Destacou a gravidade da situação, comparando o caso ao do jovem cantor falecido recentemente, também vítima de aneurisma e que, conforme mencionado em sessão anterior, não



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

conseguiu ser atendido a tempo por causa da fila de regulação. A parlamentar expressou profunda preocupação com o colapso do sistema de regulação hospitalar e afirmou que o Hospital Regional de Santarém se encontra em situação crítica, o que estaria resultando em mortes evitáveis. Para ela, o problema é mais administrativo do que médico, e requer ação imediata das autoridades de saúde. Em tom de indignação, a vereadora criticou o governo estadual por destinar milhões de reais a obras relacionadas à COP 30, enquanto faltam investimentos na saúde pública. Ela afirmou que qualquer gestão responsável deve governar por prioridades, e que a saúde precisa estar acima de obras estéticas ou estruturais, como praças e decorações urbanas. Finalizou seu discurso pedindo uma resposta urgente à população santarena, defendendo que a Câmara cobre providências concretas do governo e dos órgãos responsáveis pela regulação hospitalar, para evitar novas mortes por falta de atendimento. O vereador **ALBERTO PORTELA (UNIÃO BRASIL)** destacou que dois temas sensíveis dominaram a sessão: habitação e saúde, os quais, segundo ele, refletem as principais dificuldades enfrentadas pelo município de Santarém. Antes de entrar nesses assuntos, o parlamentar agradeceu a presença dos colegas na sessão solene em homenagem ao Dia dos Professores, ocasião em que 14 profissionais da educação foram reconhecidos por suas trajetórias no ensino municipal e estadual. Ele também parabenizou a equipe do novo Hospital da Unimed, citando os médicos Dr. Alberto Tolentino e Dr. João Otaviano, e ressaltou que o novo espaço amplia a capacidade de atendimento em Santarém. Além disso, registrou felicitações à Fundação Esperança pelos 55 anos de fundação, anunciando a proposição de uma sessão solene em 3 de dezembro para celebrar a data. Ao tratar do programa Minha Casa, Minha Vida, Alberto classificou a situação como triste e preocupante, diante das inúmeras denúncias e reclamações recebidas sobre o impasse envolvendo o residencial Moaçara. O vereador afirmou que, apesar dos discursos e das manifestações de apoio, ainda faltam respostas concretas sobre as medidas que serão adotadas para solucionar o problema. Ele defendeu que os vereadores se unam para cobrar uma posição firme das autoridades, afirmando que é preciso agir com urgência e determinação. Também lamentou a morte do jovem músico Marquinhos Sample, vítima de aneurisma, destacando seu talento e contribuição à música santarena, tanto no meio religioso quanto secular. Expressou preocupação com o sistema de saúde, especialmente com a fila de espera por cirurgias e o acúmulo de pacientes na ortopedia, que, segundo ele, poderiam ser melhor distribuídos entre as unidades hospitalares do município. Encerrando, o vereador enfatizou a importância de união entre os parlamentares para buscar soluções efetivas tanto para a habitação quanto para a saúde pública. O vereador reforçou seu compromisso em acompanhar as ações relacionadas à saúde e à habitação, afirmando que estará presente nas iniciativas que busquem soluções. Ele destacou, porém, sua preocupação e tristeza diante das cobranças da população, lembrando que os vereadores não são médicos, mas atuam como fiscalizadores e intermediários, buscando melhorias e respostas. Lamentou que, muitas vezes, a população direciona sua frustração aos parlamentares, apesar de eles não serem responsáveis diretos pelos problemas, mas trabalham para representar e apoiar a comunidade. Concluído o Grande Expediente, passou-se para a **Primeira Parte da Ordem do Dia** com a votação da ata do dia 14 de outubro 2025, (documento enviado anteriormente aos e-mails dos senhores vereadores) que foi aprovada por unanimidade. **EXPEDIENTES RECEBIDOS:** MEMO. 106/2025 - Gabinete do vereador Júnior Tapajós (MDB) - Justificativa de ausência na sessão ordinária do dia 21 de outubro de 2025; OF. 2.602/2025 – PMS/SEMTRAS – entrega de Alimentos PAA/SEMTRAS - CONVITE: entrega de alimentos PAA, por meio dos programas PAA Federal e PAA Quilombola no dia 23 de outubro de 2025, a partir das 8 horas. A entrega dos referidos alimentos contemplará a Associação de Moradores do bairro Vigia e os moradores do bairro Diamantino, bem como três equipamentos dessa secretaria para o consumo interno. **Trabalhos encaminhados às comissões pertinentes:** PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 4602/2025, de autoria do vereador Andreo Rasera (PL) Outorga o título honorífico de cidadão Santa digníssimo senhor RUBENILSON ABREU DA COSTA. PROJETO DE LEI 4601/2025, de autoria do vereador Mano Dadai (PSB), que dispõe sobre o Programa de valorização da cultura brasileira no município de Santarém e dá outras providências. PROJETO



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

DE LEI 4599/2025, de autoria do vereador Malaquias Mottin (PL), que dispõe sobre a adoção de medidas de acessibilidade e inclusão das pessoas com obesidade nos transportes públicos, estabelecimentos comerciais e equipamentos urbanos no município de Santarém. PROJETO DE LEI 4600/2025, de autoria do vereador David Paiva (REPUBLICANOS) dispõe sobre a criação do protocolo municipal de atendimento à denúncia e ao acolhimento de vítima de assédio sexual e moral nas instituições de ensino superior no município de Santarém. PROJETO DE LEI 4598/2025, de autoria do vereador David Paiva (REPUBLICANOS), que cria o protocolo punitivo para o envenenamento de animais domésticos no município de Santarém, estado do Pará e dá outras providências. PROJETO DE LEI DE TERRAS 243/2025, de autoria da Prefeitura Municipal de Santarém, que dispõe sobre a desafetação de via pública. **TRABALHOS ACATADOS:** Pedidos de informação nº 171 e 172/2025, de autoria do Ver. Enf. Joziel Colares (PRD); Pedido de informação nº 173/2025, de autoria do Ver. David Paiva (REPUBLICANOS). Em seguida, transcorreu-se para **Segunda Parte da Ordem do Dia** com discussão e votação das matérias em pauta. **TRABALHOS APROVADOS:** MOÇÃO DE APLAUSOS nº 280/2025, de autoria do vereador Mano Dadai (PSB). A pedido do autor da matéria, foi aprovado a inclusão e inversão em pauta do requerimento 2977/2025, de autoria do vereador Alberto Portela (União), ato contínuo, a matéria foi aprovada. Seguindo à pauta, entrou em discussão, **01 (UM) PROCESSO DE ALIENAÇÃO DE TERRA PERTENCENTE AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM**, de autoria da Prefeitura Municipal de Santarém, que autoriza o poder Executivo a vender fração de solo urbano de seu domínio a FATIANA DA MOTA PEREIRA – PROC. Nº 119/2025. O processo foi lido com o seu parecer e justificativa, seguindo aprovação em 1^a e 2^a discussão, por unanimidade. A seguir, entrou em pauta o **PROJETO DE LEI Nº 1665/2025**, de autoria do vereador Enf. Murilo Tolentino (PRD), que ALTERA DISPOSITIVOS AO ART. 1º E ART. 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 21.942, DE 06 DE ABRIL DE 2022, QUE DISPÕE SOBRE O PROGRAMA “ADOTE UMA PRAÇA”. O projeto foi lido com o seu parecer e justificativa, seguindo aprovação em 1^a e 2^a discussão, por unanimidade. Em continuidade, entrou em pauta o **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1112/2025**, de autoria da 6^a Comissão da Câmara Municipal de Santarém, que ALTERA O INCISO VI DO ART. 29-A DA LEI MUNICIPAL Nº 20.961 DE 2020, QUE TRATA DA NOMENCLATURA DA 6^a COMISSÃO, ALTERANDO-A PARA “DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE, ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS E SEGURANÇA PÚBLICA”. Transcorreu a leitura do projeto com o seu parecer e justificativa, em seguida, houve a votação em primeira discussão, ficando para a próxima sessão a segunda votação, conforme Regimento Interno da Casa. Seguindo a pauta, aprovou-se as matérias: requerimentos 2809 a 2811, 2825, 2853, 2854, 2872, 2873, 2911, 2912, 2913, 2945, 2946, 2947/2025, de autoria do vereador Enf. Murilo Tolentino (PRD); requerimento 2832/2025, de autoria do vereador Renilson Vinte (PSD); requerimentos 2846, 2894 a 2900, 2934 a 2938, 2963 a 2967/2025, de autoria do vereador Elielton Lira (PDT); requerimento 2885/2025, de autoria da vereadora Ivanira Figueira (PSD); requerimentos 2850, 2851, 2852/2025, de autoria do vereador Alberto Portela (União); requerimentos 2907 a 2910, 1042/2025, Alaércio Cardoso (PSD); requerimentos 2857 a 2860/2025, de autoria do vereador David Paiva (REPUBLICANOS); requerimentos 2861, 2970, 2960, 2961, 2962/2025, de autoria da vereadora Elita Beltrão (REPUBLICANOS); requerimentos 2863 a 2866, 2871, 2876 a 2884, 2916 a 2922, 2948 a 2951, 2959/2025, de autoria da vereadora Enf. Alba Leal (MDB); requerimento 2944/2025, de autoria do vereador Andreo Rasera (PL); requerimentos 2891, 2893, 2923 a 2929/2025, de autoria do vereador Sérgio Pereira (PP); requerimentos 2915, 2933, 2952, 2953, 2954/2025, de autoria do vereador Alexandre Maduro (MDB); Indicações 962, 995/2025, de autoria do vereador Enf. Murilo Tolentino (PRD); Indicações 941/2025, de autoria do vereador Renilson Vinte (PSD); Indicações 1018, 1019, 1041/2025, de autoria do vereador Elielton Lira (PDT); Indicações 990, 991, 992, 998, 1003, 1005, 1006, 1007, 1021, 1022, 1028, 1035, 1036/2025, de autoria da vereadora Ivanira Figueira (PSD); Indicações 996, 1017, 1042/2025, de autoria do vereador Alaércio Cardoso (PSD); Indicações 997,



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

1008, 1032, 1033, 1034/2025, de autoria da vereadora Enf. Alba Leal (MDB); Indicações 1010 a 1016, 1023, 1024, 1025, 1030, 1031/2025, de autoria do vereador Andreo Rasera (PL); Indicação 1029/2025, de autoria do vereador Alexandre Maduro (MDB). **RETIRADO DE PAUTA:** requerimento 2939/2025, de autoria do vereador Enf. Murilo Tolentino (PRD). Posteriormente, entrou em discussão, o **PROJETO DE LEI Nº 4070/2025**, de autoria do Poder Executivo, que DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA DE SANTARÉM – FMICS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Ocorreu a leitura do projeto com o seu parecer e justificativa, seguindo aprovação em 1^a e 2^a discussão, por unanimidade. Esgotado o tempo regimental, o vereador **GERLANDE CASTRO (PP)**, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente sessão. VEREADORES PRESENTES: **ALAÉRCIO MAGALHÃES CARDOSO (PSD); JOSÉ ERASMO MAIA COSTA (UNIÃO BRASIL); ENF. JOZIEL MARQUES COLARES (PRD); ENF. ALBA LEAL - MARIA ALBANICE LEAL DIAS (MDB); BÁRBARA LUZIA DE OLIVEIRA MATOS (PP); GERLANDE CORRÊA CASTRO (PP); ALBERTO PORTELA DE SOUSA (UNIÃO BRASIL); ENF. MURILO TOLENTINO DE MATOS (PRD); ELITA BELTRÃO DE FREITAS (REPUBLICANOS); BIGA KALAHARE - MÁRCIO ÁDAMOS LIMA SILVA (PT); ALEXANDRE ALMEIDA MADURO (MDB); IVANIRA DE SOUSA FIGUEIRA (PSD); MALAQUIAS JOSÉ MOTIN (PL); DAVID PAIVA - DAVID VIANA DE ABREU (REPUBLICANOS); SÉRGIO DOS SANTOS PEREIRA (PP); ELIELTON RÊGO LIRA (PDT); URIAS PAULO PINGARILHO CASTRO (MDB); RENILSON MARINHO ALVES (PSD); MANO DADAI - YANGLYER GLAY SANTOS MATTOS (PSB); ERLON PEREIRA ROCHA (MDB); ANDREO MARCEO DOS SANTOS RASERA (PL).** AUSÊNCIAS COM JUSTIFICATIVA: **JANDER ILSON RÊGO PEREIRA (UNIÃO BRASIL); JOSÉ MARIA JÚNIOR PEREIRA TAPAJÓS (MDB).** E, para constar, mandou lavrar a ata que, depois de lida, discutida e aprovada será assinada por quem de direito.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Gerlane Castro
1º VICE - PRESIDENTE

Alba Leal
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Enf.ª Alba Leal
1^a SECRETARIA

Joziel Colares
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Enf.º Joziel Colares
2º SECRETARIO